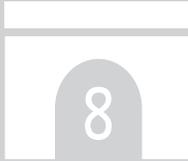

Cómo citar este artículo: Rodríguez Borda, C. A. & Palomo Suárez, N. I. (2016, enero-junio). Diplomacia energética: o papel do petróleo na política externa dos Estados Unidos. *Rev. Cient. Gen. José María Córdova* 14(17), 243-256



Diplomacia energética: o papel do petróleo na política externa dos Estados Unidos*

Recibido: 18 de septiembre de 2015 • Aceptado: 15 de noviembre de 2015

Diplomacia energética: el papel del petróleo en la política exterior de los Estados Unidos

Energy Diplomacy: The Role of Oil to U.S Foreign Policy

Diplomatie énergétique: le rôle du pétrole dans la politique étrangère des Etats-Unis

Camilo Andrés Rodríguez Borda^a

Nurth Inés Palomo Suárez^b

* Artículo de investigación financiada por la Universidad Militar Nueva Granada; proyecto: “Instituciones inclusivas y extractivas en la explotación petrolera: el caso de las burocracias de los Estados Unidos de América y la República de Colombia (EES-1820) 2015. Grupo de Investigación Estudios Internacionales y Políticos. Línea de investigación de Estudios regionales.

^a Universidad Militar Nueva Granada, Bogotá, Colombia. Magíster en Planificación y Administración del Desarrollo Regional, Universidad de Los Andes. Especialista en Gobierno y Políticas Públicas, Universidad de Los Andes. Politólogo, Universidad de los Andes. Director Programa de Relaciones Internacionales y Estudios Políticos de la Facultad de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad. Email: camilo.rodriguez@unimilitar.edu.co.

^b Universidad Militar Nueva Granada, Bogotá, Colombia. Maestrante en Estudios Políticos, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Colombia. Profesional en Relaciones Internacionales y Estudios Políticos, Universidad Militar Nueva Granada. Asistente de Investigación del Grupo de Investigación Estudios Internacionales y Políticos de la Universidad Militar Nueva Granada. Email: nipalomos@unal.edu.co



Resumo. O petróleo é um recurso estratégico para os Estados Unidos (EUA) que tem uma relação com a política externa pela sua importância econômica, geopolítica e estratégico- militar e que lhe outorga qualidades necessárias para ser reconhecido como hegemônico no cenário Internacional. Identificar o papel do petróleo nas ações externas do país pode ajudar na compreensão de certas posições que o governo leva no cenário internacional. Ao demonstrar a importância econômica deste recurso, especialmente para manutenção do crescimento econômico e ao revisar a sua importância militar estratégica, é possível determinar que a condução da política externa não está necessariamente condicionada pela apropriação deste recurso, já que o país tem feito progressos para alcançar a muito desejada independência energética, mas há um sentido geopolítico, por exemplo, no controle do tráfego e influência em áreas com reservas de petróleo, que fazem o petróleo entrar na agenda internacional do país.

Palavras-chave: Política Externa dos Estados Unidos, petróleo, hegemonia, recurso estratégico-militar, geopolítica.

Resumen. El petróleo es un recurso estratégico para los Estados Unidos (EE.UU) que se relaciona con la política exterior por su importancia económica, geopolítica y estratégico-militar y que le otorgan al país cualidades claves y necesarias para ser reconocido como hegemónico en el escenario internacional. Identificar el rol del petróleo dentro de las actuaciones externas del país, puede ayudar al entendimiento de ciertas posturas que el gobierno asume en el escenario internacional. Al demostrar la importancia económica de este recurso especialmente para mantener el crecimiento económico y revisar su relevancia estratégico-militar es posible determinar que las actuaciones de la política exterior no están necesariamente condicionadas por la apropiación de este recurso, ya que el país ha avanzado en la consecución de la tan anhelada independencia energética, sino que existe un sentido geopolítico por ejemplo en el control del tránsito y la influencia en zonas con reservas de petróleo, que lo hace mantenerse en la agenda internacional del país.

Palabras claves: Política Exterior, Estados Unidos, petróleo, hegemonía, recurso estratégico-militar, geopolítica.

Abstract. Oil is a strategic resource for the United States which relates to foreign policy for its economic, geopolitical and strategic-military importance that gives it qualities needed to be recognized as hegemonic in the International scenario. Identify the role of oil in the external actions of the country can help the understanding of certain positions that the government takes on the international scenario. By demonstrating the economic importance of this resource especially for maintaining economic growth and to review its strategic military importance, it is possible to determine that the conduct of foreign policy is not necessarily conditioned by ownership of this resource, taking into account the country has made progress in achieving the much desired energy independence, but there is a geopolitical issue, for example in traffic control and influence in areas with oil reserves, which make the oil go into the international agenda of the country.

Keywords: Foreign Policy, United States, oil, hegemony, military strategic resource, geopolitics.

Introdução

Observando o comportamento internacional dos Estados Unidos desde o início do século XXI e especialmente os acontecimentos que se seguiram após o 11 de setembro de 2001, é possível identificar que aparentemente o setor petrolífero faz parte do epicentro de temas relacionados à política exterior do país. Na análise da geopolítica de recursos energéticos, especialmente gás e petróleo, o Oriente Médio torna-se novamente o foco geográfico dos Estados Unidos, pelo menos durante a primeira década deste século, quando a luta contra o terrorismo se funde à presença militar dos EUA em territórios com grandes fontes de petróleo, como o Iraque.



Apesar disso, não é possível afirmar que algumas atuações internacionais da política exterior estadunidense poderiam ser motivadas pela apropriação dos recursos energéticos como o petróleo, sem antes identificar sua importância econômica e estratégico-militar que faz dele um recurso estratégico para o país.

Sob a premissa anterior, este documento se divide em três partes: na primeira, expõem-se as qualidades que tornam o petróleo relevante para as questões de segurança do país. Na segunda parte, destaca-se a sua importância para a economia, como uma tentativa de superar a abordagem realista, ao destacar que o comércio internacional é parte fundamental para se manter como país hegemônico. Na terceira parte, analisa-se a denominada independência energética, mostrando os antecedentes do conceito e seu significado na atualidade, porque a partir desta é possível explicar a relação entre a política exterior e o petróleo. Finalmente, apresentam-se umas conclusões sobre as razões que motivam a inclusão deste recurso dentro da agenda internacional.

Diplomacia energética: Relação entre a Política Externa e o Petróleo

A relação entre a política externa e o petróleo está dada pelo que o Bureau de Recursos Energéticos do Departamento de Estado dos EUA chama de “diplomacia energética”, definida como a gestão de maneira diplomática das relações entre produtores e consumidores de energia como uma questão de geopolítica econômica. Além de vincular a energia como um assunto de segurança nacional, de importância para a prosperidade econômica e ambiental (State, 2015), posicionando o tema entre os objetivos expressos da política externa estadunidense.

Nesse sentido, o petróleo é percebido como uma questão de segurança energética porque existe a preocupação de que se trata de um recurso finito, pelo qual o mundo possui uma elevada dependência e que pode levar ao esgotamento dessa matéria prima, tendo como resultado uma grave crise que afetaria seriamente a economia global (Klare, 2008). Além disso, as fontes de petróleo de fácil extração são cada vez mais escassas e exigem grandes investimentos para extrair o chamado petróleo não convencional, o qual normalmente é encontrado em áreas remotas como águas ultraprofundas. Assim, “a segurança energética será entendida como o acesso adequado aos recursos energéticos suficientes para garantir a disponibilidade de energia exigida pelos Estados” (Sánchez, 2012, p. 65, tradução livre).

A lógica realista (Morgenthau, 1985; Schelling, 1980) imposta a partir da análise clássica das relações internacionais eleva a importância do petróleo como um recurso que afeta a segurança nacional. No entanto, ao destacar o seu papel nos assuntos econômicos, considerando essa *commoditie* um material que permite uma forte participação do país na economia e no comércio internacional, entendido como o principal atributo de um país hegemônico, é possível analisar o tema desde a teoria da estabilidade hegemônica (Keohane, 1988). Consequentemente, as ações da política externa dos EUA, quando se tratam de recursos como o petróleo, podem apontar para dois objetivos: por um lado, a posse de fontes de petróleo para garantir a acumulação capitalista e, por outro, estabelecer um controle estratégico e militar em áreas importantes para o fornecimento de gás e petróleo em lugares como Europa e China, criando, assim, relações de dependência (Chomsky e Achcar, 2007)



Duas razões poderiam ser as motivações principais que levariam ao petróleo ocupar um lugar importante dentro da agenda internacional, por imputá-lo de características que o tornam um ator hegemônico no cenário internacional: uma é que o petróleo deve ser entendido como um recurso econômico vital, e outra como um material estratégico militar que aumenta sua capacidade de influência e barganha. Na sequência se apresentará cada um desses pontos em detalhe.

Petróleo como um recurso estratégico-militar

Diferentes atuações externas dos EUA podem ser observadas em torno dos interesses deste país para a obtenção de recursos naturais como o petróleo, já que o seu controle estratégico permite criar condições de dependência de outros países e ter maior influência local. Exemplo disso são as zonas do Cáucaso e da Ásia Central, onde existe um fluxo importante de petróleo e gás para a Europa, que torna essas regiões altamente vulneráveis, além da emergência de países como a China, com grandes necessidades de energia, e a Rússia, com a ideia de um ressurgimento global.

A este respeito, Klare (b2008) menciona que a preocupação com a segurança do fornecimento dos recursos tem sido uma característica central do planejamento estratégico estadunidense. Ao realizar uma análise geopolítica da energia, é possível identificar a China como um consumidor cada vez maior de recursos energéticos e com maior presença em regiões que são fontes de matérias-primas como a África, onde o país tem implementado uma diplomacia ativa acompanhada por ofertas de planos de assistência para o desenvolvimento, empréstimos a juros baixos, acordos de apoio militar e projetos culturais. Esse cenário pode ser entendido como uma ameaça para os EUA devido à crescente influência do país asiático em regiões onde existem importantes reservas de recursos energéticos que estavam anteriormente baixo o seu domínio ou de seus aliados (Ríos, 2010).

A análise da geopolítica do petróleo também leva a identificar como diversas regiões do mundo se convertem em territórios-chave da presença estadunidense. As autoridades do país estão conscientes que o petróleo e o gás são necessários para sua economia, porém mais importante ainda é o fato destes recursos o permitirem participar de um negócio que é estratégico para a União Europeia, Rússia e China, os quais concentram quase 60%¹ do consumo total de recursos energéticos do mundo. Nesse sentido, a diplomacia, a cooperação e a integração são parte das modalidades utilizadas pelos diferentes Estados para garantir sua própria segurança energética.

O interesse dos Estados Unidos pelo petróleo como um recurso vital que deve ser defendido com todos os meios disponíveis, inclusive a força militar, ocorre desde a denominada “Doutrina Carter”, a partir de 1980. De acordo com Fuser (2006), essa diretriz de política externa prevê o uso militar para garantir o acesso às fontes de petróleo do Golfo Pérsico, e desde então guia as ações e o vínculo entre a política internacional e o acesso a esse recurso. A Guerra do Golfo em 1991 seria a manifestação dessa defesa militar baseada na Doutrina Carter, ao se converter no primeiro conflito militar internacional dos Estados Unidos onde o petróleo desempenha um papel fundamental.

¹ Dados disponíveis no Global Energy Statistical Yearbook acessando: <https://yearbook.enerdata.net/>.



A partir disso, os EUA passaram a vincular os diferentes recursos energéticos, principalmente o petróleo, aos assuntos de segurança nacional, os quais por sua vez fazem parte das diretrizes de política exterior que relacionam a prosperidade econômica nacional e a segurança com a posse de recursos materiais. A expressão mais recente de uma aproximação relevante entre as relações internacionais do país e os recursos energéticos, sem que se trate exclusivamente do petróleo, é a criação do Bureau de Recursos Energético no Departamento de Estado em 2011, se caracterizando como um escritório que coordena o papel da energia nos assuntos internacionais e busca diversificar suas fontes (State, 2015).

Ao se analisar a partir da lógica realista, o petróleo é um recurso que reforça a preponderância militar dos EUA, sendo que é graças aos produtos derivados dessa matéria prima que é possível manter todo o aparato bélico do país. A participação estadunidense em diferentes conflitos não se reduz à necessidade de recursos energéticos, senão que também a aspectos estratégicos e geopolíticos que o permitem ter presença em zonas importantes para outros países, como por exemplo, a presença no Mar Cáspio e alguns países da antiga União Soviética.

Nessa zona, as redes de transporte em barcos, trens e dutos dos recursos energéticos são um elemento estratégico, visto que o controle das rotas permite ter certo poder que influencia as relações internacionais. A construção de novas rotas tem sido alvo de disputas entre diferentes atores, posto que os oleodutos passam a ser identificados como potenciais instrumentos de poder, em vez de serem simples ferramentas de desenvolvimento e integração regional (Hill, 2001, citado por Reis, 2013, p. 118).

Trata-se de um ponto chave entender a importância da região do Mar Cáspio para conhecer o papel que países como a Rússia desempenham. Mesmo que não seja um país importador de gás e petróleo como a China e Estados Unidos, os russos têm deixado claros os seus interesses de exercer o domínio do transporte de energia como uma estratégia para serem novamente reconhecidos como potência global ao controlar a distribuição desses recursos até a Europa. Por essa razão, os EUA através da sua política exterior apoiou na região o investimento de multinacionais de energia e infraestrutura no setor, os quais também promoveram valores ocidentais como a democracia e os direitos humanos (Reis, 2013, p. 29).

Relevância econômica do petróleo dentro da análise dos recursos energéticos

Michael Klare (2008, p. 11) destaca que o petróleo é um recurso importante para o crescimento econômico dos países industrializados, e que o funcionamento e desenvolvimento da economia mundial dependem dessa energia. Para o autor, basta pensar no trabalho das fábricas, na produção agrícola e no transporte de pessoas e bens através de aviões, trens, barcos e outros meios que utilizam derivados de petróleo. Os Estados Unidos baseia sua economia em todas essas atividades, o que demonstra que de fato existe uma alta dependência do país pelos recursos energéticos.

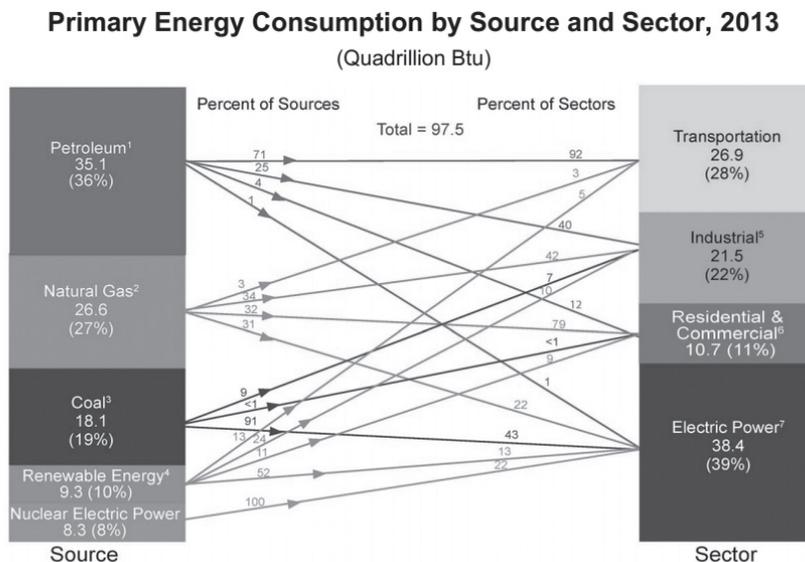
O transporte ocupa um lugar importante dentro da análise do consumo de energia porque facilita a distribuição de mercadorias. As grandes quantidades de energia, principalmente

de derivados do petróleo, são necessárias para o comércio de bens dos 10 principais países exportadores que correspondem a cerca de 50% do comércio mundial². De acordo com as cifras da Organização Mundial do Comércio (OMC), os Estados Unidos são o principal exportador e importador de mercadorias do mundo, com um total de US\$3.881 bilhões dólares em 2012 e com um superávit que correspondeu a %4,9 do seu PIB (OMC, 2012). Em 2013 a China supera os Estados Unidos e se converte no maior comerciante de mercadorias do mundo com um valor total de US\$4.159 bilhões, o que representa 2,8% do seu PIB (OMC, 2014), tornando o país asiático no principal competidor para os EUA não apenas por mercados, mas também pela posse de recursos energéticos necessários para o transporte dessas mercadorias.

Do mesmo modo, os recursos energéticos são de vital importância para manter o crescimento econômico. De acordo com Sánchez (2012, p. 62), desde o final da Segunda Guerra Mundial nove em cada dez períodos de recessão econômica estiveram precedidos por uma suposta alta no preço do petróleo nos Estados Unidos e na Europa, relevando assim a transcendência deste recurso para a estabilidade ou vulnerabilidade econômica.

Em seu nível interno, o consumo de combustíveis fósseis nos Estados Unidos representa cerca de 80% do consumo de energia. Segundo a Agência Internacional de Energia (EIA, tradução livre de *International Energy Agency*) em um de seus relatórios de 2014, o petróleo foi utilizado em 35% de setores como: transporte, indústria, uso residencial e comercial e energia elétrica. O gás representa 28%, o carvão 18%, energias renováveis 10% e energia elétrica nuclear 8% (Tabela 1).

Tabela 1. Consumo Primário de Energia por Fonte e Setor, 2014



Fonte: International Energy Agency (IEA). World Energy Outlook 2014.

² A Organização Mundial do Comércio (OMC), na publicação das Estatísticas do Comércio Mundial de 2014 aponta que os principais comercializadores de mercadorias em 2013 foram: China, Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Países Baixos, os quais representam cerca de 34% dos serviços comerciais do mundo.



Como é possível observar no gráfico 1, os principais setores do país possuem alta dependência do consumo de petróleo. Somente o transporte e a indústria concentram mais de 50% do total de petróleo utilizado pelos Estados Unidos, ao que segue o consumo de gás e carvão, todos eles fontes fósseis que, apesar de estarem sendo exploradas em seu próprio território nacional, ainda possui altos níveis de dependência dos recursos advindos do exterior, já que o país busca garantir suas reservas para o futuro.

A política exterior estadunidense posiciona o petróleo dentro da sua agenda pela necessidade de importar este recurso desde os mais diversos países e regiões do mundo. Durante muito tempo, a participação do país em zonas onde de certa forma havia uma dependência comercial por combustíveis fósseis levou à implementação de uma estratégia diplomática que o permitia ter uma abertura de suas empresas petrolíferas, e que por sua vez garantissem o fornecimento desses recursos (Klare, 2008). Para que os EUA continue a ter uma economia próspera que propicie uma posição hegemônica é indispensável acesso a recursos como o petróleo, os quais possuem um papel importante nas atividades regulares do comércio e da economia. Sobre isso, Keohane expressa que *“para ser considerado hegemônico na economia política mundial, um país deve ter acesso às matérias primas cruciais, controle sobre as principais fontes e ter vantagens comparativas sobre os bens de alto valor agregado que incrementem em altos níveis os salários e os ganhos”* (citado em Tokatlian & Pardo, 1990, p. 356).

Tal afirmação explica porque a estratégia dos Estados Unidos não se reduz somente à exploração do recurso em seu território, se não também as apropriações de grandes fontes de petróleo e gás em outras regiões do mundo para garantir reservas futuras, além do controle e intervenção em lugares estratégicos que o permitem contar com vantagens comparativas e poder de negociação frente aos demais países consumidores.

Uma iniciativa diplomática que permitiu ver de uma maneira geral a estratégia internacional estadunidense para obter recursos como o petróleo é a chamada Aliança para a Segurança e Prosperidade para a América do Norte (ASPAN), a qual ademais dos assuntos comerciais já conhecidos também involucra a integração energética entre os EUA, Canadá e México. Tal iniciativa também foi conhecida como o Tratado de Livre Comércio-Plus, assinado em 2005 pelos três países e que originou diversos tipos de críticas, especialmente no México, ao identifica-lo como uma proposta dos EUA para se apropriar das fontes energéticas do país, incentivando a privatização de empresas canadenses e mexicanas como a Petróleos Mexicanos (PEMEX)³.

Mesmo que hoje em dia exista poucos debates sobre a Aliança ASPA, a recente aprovação em 2013 da reforma energética⁴ impulsada pelo presidente mexicano Enrique Peña Nieto que permite ao governo celebrar contrato de concessão ao setor privado para a exploração e extração de hidrocarbonetos em troca de pagamentos em função dos recursos obtidos, e que levou inclusive à modificação do artigo 27 da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos de 1917, parece

³ Sobre o tema, consultar o artigo de John Saxe-Fernández denominado “México-Estados Unidos: seguridad y colonialidad”, no qual o autor garante que os Estados Unidos impulsiona o mercado energético integrado pela ASPAN para garantir a segurança energética do país através da flexibilização normativa mexicana, onde a Constituição estabelece que o petróleo é a propriedade estatal.

⁴ Para obter mais informação ao respeito Reforma Energética do México acesse: cdn.reformaenergetica.gob.mx/explicacion.pdf.



ser um exemplo do alcance da estratégia estadunidense porque se especula que entre as empresas interessadas em participar estão várias desse país.

De acordo com Fernández (2006, p. 198), o esquema energético assimétrico oferecido pelos Estados Unidos através desta forma de alianças para a consecução da sua desejada independência energética, não só contribui à atuação direta da diplomacia com outros países, mas também diminui a oportunidade de realizar verdadeiras mudanças tecnológicas que sirvam como alternativas as fontes fósseis utilizadas atualmente.

Estas e outras iniciativas internacionais dos EUA se realizam com o propósito de que suas empresas consigam maiores investimentos internacionais na indústria de hidrocarbonetos de diversos países. Ainda que nenhuma dessas grandes multinacionais petrolíferas sejam de caráter estatal, estas garantem reservas ao país e realizam uma gestão estratégica dentro do mercado de fontes energéticas. Esse é o caso da administração do ex-presidente George W. Bush (2001-2009), o qual tentou influenciar nas reformas de legislações nacionais no México e no Iraque para que fosse permitida a entrada do setor privado.

Do mesmo modo, é importante destacar os acordos bilaterais de cooperação energética que os Estados Unidos tem impulsionado através das agências do governo, como o Departamento de Energia. Estes acordos se concentram na cooperação em temas de petróleo e gás, e incluem pesquisa, eficiência energética e energias renováveis. Apenas em 2013 e 2014 na América e o Caribe, os EUA logrou concretar a assinatura de acordos bilaterais com Argentina, Chile, Colômbia e Jamaica.

Como foi apresentado anteriormente, o vínculo entre o petróleo e a política exterior nos Estados Unidos ocorre a partir de dois pontos fundamentais: primeiro, a importância que este recurso possui para proteger a economia do país, a qual depende em grande parte de fontes de energia fósseis como o petróleo, gás e carvão, os quais mantêm sua indústria e transporte, este último altamente relacionado ao comércio. Em segundo lugar, o caráter geoestratégico e militar do recurso em si, visto que é uma fonte necessária não somente para os EUA, mas também para economias em desenvolvimento, especialmente a China, Índia e Brasil, onde o consumo é crescente e torna o petróleo um recurso cada vez mais competido e escasso. Por outro lado, há o caráter estratégico desse recurso, que o outorgam importância não só pela sua posse, mas também um sentido geopolítico de grande relevância que o inclui dentro da agenda internacional de vários países.

O Novo Panorama da “Independência Energética”

A ideia da independência energética não é recente. Ela se demonstra relevante desde a década de 1970, quando os Estados Unidos e os demais países industrializados se confrontaram com a diminuição da produção do petróleo, que somada à decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de aumentar o preço do barril em 1973, originou uma crise que demonstrou a dependência e vulnerabilidade dos EUA por fontes energéticas para manter seus setores industriais.

Desde então, o debate no nível governamental discutiu, em um primeiro momento, o alcance da meta de um Estado “autossuficiente” durante o governo Nixon (1969-1974), o que como esperado não foi possível; posteriormente o presidente Ford (1974-1977) se enfocou na



centralização do preço do petróleo, impostos à importação do barril e as estratégias de reservas; logo, o presidente Carter (1977- 1981) se dirigiu para estratégias que controlassem a demanda, ao invés de se focalizar na oferta, a qual era mais complicado de intervir; e finalmente nos anos 80 e 90 o eixo central da política energética norte-americana foi fomentar a desregulamentação do mercado, o que permitia uma redução de preços através do aumento da oferta (Gawdat⁵, 2003).

Tal como demonstra Claudia Musa Fay (2003, p. 66), as estratégias estadunidenses adotadas especialmente via apropriação de fontes de energia, pelo desequilíbrio que existe entre o consumo e produção, contrariam a política de potência hegemônica, visto que esta não pode depender de zonas de conflitos ou de organizações de produtores para suprir suas necessidades. Sobre esse tema, não somente se deu início uma atuação da política exterior dos EUA para conseguir mais sócios comerciais, se não que também deu-se abertura a uma perspectiva mais clara da participação do país em conflitos internacionais por esse componente energético. Esse é o caso das intervenções do país no Iraque em 1991 e 2003, no segundo caso integrando o discurso à denominada “luta antiterrorista”.

Para Ivan Ivekovic (2003), as questões energéticas ocuparam um lugar importante na definição e orientação da política exterior dos Estados Unidos. As duas guerras impetradas contra o regime iraquiano fazem, segundo o autor, parte das variadas atuações regionais que este país estaria disposto a realizar para o abastecimento de hidrocarbonetos, os quais são fonte importa sua economia, o que uma vez mais demonstra que a atuação do país em regiões específicas está motivada por recursos energéticos.

A intervenção militar dos Estados Unidos no Iraque em 2003 teve imensa oposição, tanto no nível doméstico como internacional, dos setores políticos, militares e de segurança nacional. Alguns exemplos são Brent Scowcroft, quem trabalhou como Conselheiro de Segurança Nacional do presidente George W. Bush, os senadores Russ Feingold e Edward Kennedy, e até mesmo Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, os quais denunciaram sua ilegalidade (BBC News, 2004), os fins políticos e principalmente interesses econômicos do conflito.

De acordo com Pérez (2012), com a chegada de Barack Obama à Casa Branca parece que a atuação do país no cenário internacional tem sofrido mudanças. Isso pode estar relacionado com o anúncio da estratégia para realizar transformações importantes na economia estadunidense. De acordo com Obama, tal mudança consiste em três objetivos: em primeiro lugar, aplicar novas tecnologias de extração para aumentar a produção petrolífera e de gás natural, e assim diminuir a dependência das importações. Em segundo lugar, tornar mais eficiente a geração elétrica e o transporte de pessoas e cargas, setores fortemente dependentes de combustíveis fósseis. Por último, fomentar o uso massivo de fontes energéticas de recursos renováveis, como os biocombustíveis, energia eólica e solar.

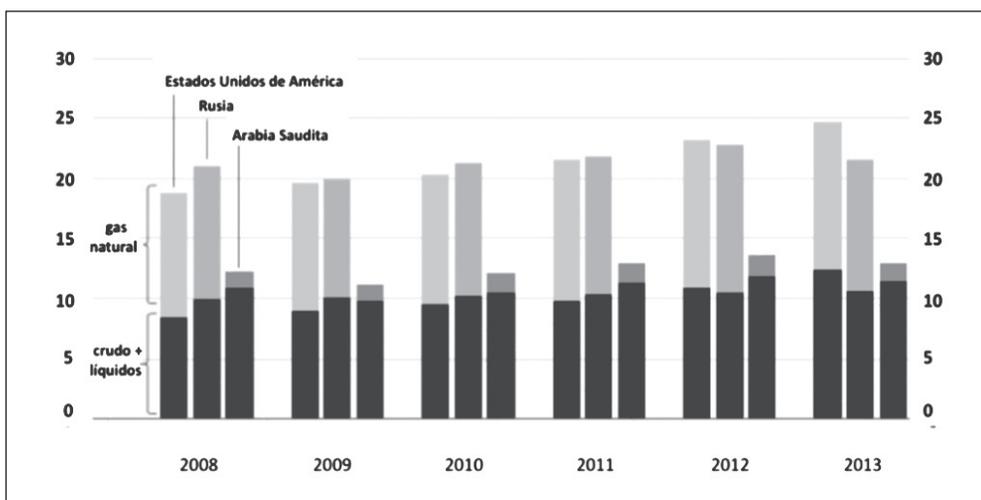
Parece que tais objetivos têm pouco a pouco surtido efeito. As análises que realizadas por acadêmicos como Enrique Palazuelos (2008), onde se esperava que as importações de petróleo e gás dos Estados Unidos seguiriam crescendo a partir de 2006, estão sendo confrontadas por uma

⁵ Gawdat mencionou que a questão da independência energética para os EUA deve ser entendida a través da análise da interdependência, uma vez que é um aspecto fundamental não só para a economia dos EUA, mas para outros países consumidores.

realidade diferente, na qual o país tem conseguido aumentar sua produção destes recursos através de estratégias de uso da técnica de fraturamento hidráulico ou “fracking”⁶.

Para 2013, a Agência Internacional de Energia (EIA) anunciou que os EUA seria o maior produtor mundial de hidrocarbonetos, superando a Rússia na produção de gás e aumentando sua produção de petróleo, o que lhe permite reduzir de 40% para 28% a importação deste recurso, tal como é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. Produção estimada de barris de petróleo, líquidos e gás natural nos Estados Unidos da América, Rússia e Arábia Saudita.



Fonte: Antonio De la Cruz. *Estados Unidos: mayor productor de petróleo y gas del mundo*

Líquidos: Incluem líquidos de gás natural (LGN), condensados, ganhos de processamento de refinaria, e outros líquidos, incluindo os biocombustíveis. Barris equivalentes de petróleo diário (bped). O fator de conversão é 1bep= 5.550.000 unidades térmicas britânicas (btu), 6.000 pés cúbicos. M= Milhão.

Hoje em dia o preço do petróleo varia as diferentes perspectivas sobre este importante recurso para a maioria das economias. O aumento da produção petrolífera dos Estados Unidos, a produção constante dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a desaceleração econômica na Europa e na China podem estar provocando a queda do preço do petróleo⁷. Não obstante, para o caso específico dos Estados Unidos, diferentes analistas afirmam que as empresas petrolíferas do país poderiam ser prejudicadas se o preço continuar a cair

⁶ Fracking é uma nova tecnologia que fratura as rochas para coletar hidrocarboneto preso dentro delas, através de extração horizontal. Do mesmo modo, essa técnica é bastante polêmica devido aos riscos ambientais que pode ocasionar, como a contaminação de fontes de água, com a possível filtração de produtos químicos e aumento de movimentos sísmicos onde se pratica.

⁷ O Jornalista Thomas L. Friedman do New York Times apresentava algumas possíveis causas que poderiam estar afetando os preços do petróleo numa entrevista pública na BBB Mundo, a qual pode ser acessada no seguinte link: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/10/141016_conspiracion_rusia_eeuu_precios_petroleo_lf



e que para que técnicas como o *fracking* sejam rentáveis é necessário que o preço do barril seja de pelo menos US\$60. Neste sentido, o governo estadunidense também se interessou em apoiar diferentes iniciativas de energias sustentáveis que continuem diminuindo a dependência externa de recursos energéticos, e ademais alteram o grande consumo de fontes fósseis necessárias para manter sua economia.

O presidente Barack Obama apresentou no começo de 2015 o seu “Plano de Energia Limpa”, o qual entre vários objetivos busca que os EUA reduzam em 32% as emissões de carbonos nas centrais termoeletricas, e que as energias renováveis representem 28% da capacidade nacional em 2030. Trata-se de um importante anúncio ao se levar em conta que tais centrais são responsáveis por aproximadamente 40% do dióxido de carbono do Estados Unidos (Agência EFE, 2015). Como destacado, as principais mudanças no setor energético provêm das novas técnicas de extração e políticas que incentivam programas de energias sustentáveis, estes últimos sendo ainda poucos e escassos, e tem permitido dar um novo giro ao uso exacerbado e à dependência dos recursos energéticos fósseis, e por consequência uma nova estratégia de política exterior sobre este recurso.

Entretanto, parece que o futuro não traz apenas boas condições para a independência energética dos Estados Unidos. Se a meta quer ser alcançada entre 2030 e 2040, segundo a Energy Information Administration (EIA) o país deve ter uma produção estável de petróleo, e preço não deve ser menor que US\$80 até 2020, e menos que US\$100 até 2028. A independência energética não se alcança apenas com uma elevada produção de barris e com a diminuição nas importações, é igualmente necessária a geração de outros tipos de energias limpas e de excedentes para a exportação, o que lhe permite seguir como parte relevante da dinâmica global destes recursos.

Ainda que o país norte-americano tenha implementado diversas iniciativas para impulsionar o uso de energias renováveis, como painéis solares gratuitos, carros elétricos e apoio a empresas que se dediquem à proliferação de energias limpas, as mudanças necessárias para a sua implementação contemplam grandes investimentos em infraestruturas de residências e edifícios, cidades e em geral na indústria, a qual historicamente utiliza combustíveis fósseis como energia.

É por isso que a independência dos Estados Unidos ainda deve percorrer um longo caminho, e apesar do aumento da exploração de fontes fósseis em seu próprio território e de algumas iniciativas, especialmente desde o executivo, para aumentar a produção de fontes de energia limpas, o país enfrenta uma luta interna de interesses econômicos travada pela elite econômica do país. As últimas intervenções dos Estados Unidos em algumas regiões, talvez motivadas pela apropriação do recurso, não são tão evidentes na atual política exterior do país, o qual tem se esforçado por modificar questões no seu âmbito doméstico que garantam certa autossuficiência e diminua a dependência externa.

Por outro lado, a demanda internacional destes recursos por parte de novos atores fazem com que o tema de interdependência permaneça na agenda internacional, muito mais por um sentido de apropriação de recursos do que por um componente geopolítico e estratégico-militar que permite aos EUA manter um papel de destaque no sistema internacional.



Conclusões

Como se evidenciou anteriormente é possível identificar que o petróleo tem permanecido há várias décadas como um tema relevante na agenda da política exterior dos Estados Unidos, principalmente por ser considerado um recurso estratégico para a economia e segurança do país. As experiências do passado mostraram que a vulnerabilidade dos EUA, e em geral de todos os consumidores de petróleo, por dependerem altamente deste recurso para o funcionamento da sua economia e do seu aparato bélico e militar, qualidades básicas para se medir a relevância e influência dos atores dentro do sistema internacional.

A atuação internacional dos EUA desde a Segunda Guerra Mundial pode ter sido motivada tanto por mudanças na ordem mundial, como por questões conjunturais e regionais (Fay, 2003, p. 72), entretanto foram estas últimas que demonstraram especificamente que existem recursos estratégicos, como o petróleo, que de uma forma ou outra determinam algumas decisões particulares da política exterior do país.

Sem sombra de dúvidas, a crise do petróleo de 1973 marcou o início de um período no qual o tema central gira em torno da redução da dependência energética. Este cenário não ficou restrito aos Estados Unidos, mas também reverberou em outros países importadores como Europa e Japão, os quais tiveram desenvolver diferentes tipos de estratégias ligadas a sua política exterior para estabelecer alianças que garantissem o abastecimento de petróleo. Como destaca Antonio Sánchez Ortega (2012), os efeitos da crise introduziu o conceito de segurança energética e provocou consequências econômicas, como o aumento dos preços e necessidade de economia; e políticos, os quais levaram os países industrializados a coordenarem e cooperarem em áreas da política energética.

O petróleo para continuar sendo um recurso importante para que os Estados Unidos mantenham sua hegemonia, sem que tal dependência necessariamente direcione a agenda internacional do país, como ocorreu em governos anteriores. Nesse sentido, os avanços tecnológicos com o propósito de alcançar a independência energética tem levado o país a trabalhar no desenvolvimento de outras fontes de energias que possam suprir as necessidades internas, dando um peso cada vez menor ao petróleo e modificando a dinâmica de suas intervenções internacionais em busca deste recurso, tal qual mencionado anteriormente.

Os esforços do presidente Barack Obama para diminuir a dependência deste recurso através da geração de fontes limpas de energia podem marcar uma diferença com seus antecessores, os quais se focaram principalmente no desenvolvimento de diferentes estratégias de política exterior que permitisse ao país obter os recursos energéticos de diversas regiões do mundo, inclusive através até mesmo de intervenção militar. Neste caso, através da diplomacia não se negociaram apenas acordos de cooperação energética que girem em torno da provisão ou exploração de petróleo ou gás, mas também que se trabalhe em pesquisa e desenvolvimento de energias alternativas e na mitigação das mudanças climáticas.

A participação internacional dos Estados Unidos em temas relacionados ao petróleo talvez já não esteja motivada pela apropriação deste recurso, passando a se manifestar através de sua presença estratégica em regiões que são fontes importantes de produção e trânsito para outros países. Manter-se inserido como um ator chave nas dinâmicas energéticas mundiais resulta em iniciativas



diplomáticas estratégicas, que fazem com que o país ainda participe em casos como o conflito na Ucrânia e sua aparente pouca intervenção na Síria.

A importância das fontes energéticas para a economia norte-americana é evidente devido ao seu alto consumo, que representa 20% de todos os recursos produzidos. O petróleo e outras fontes energéticas são vitais para manter a dinâmica de crescimento econômico capitalista, o qual permite ao país manter esta qualidade básica, uma das quais sustentam sua economia. Portanto, a política exterior dos EUA trabalha para a consecução deste e outros recursos, utilizando diferentes estratégias que vão desde a negociação, a cooperação e a integração, até a intervenção direta em outros países.

Nesse sentido, a política exterior expande os campos de ação dos Estados Unidos, realçando sua importância no sistema internacional e atendendo ao seu interesse econômico, político e militar. O petróleo, em efeito, tem um papel relevante em algumas atuações militares do país, porém a apropriação deste recurso não é o único que modifica ou orienta sua política exterior, mesmo que se identifique como uma matéria-prima fundamental para sua economia existem iniciativas que poderiam substituí-lo, além de existirem outros recursos que também são fundamentais, como por exemplo, a água.

Por tudo o que foi exposto anteriormente e sendo o petróleo um recurso estratégico para a economia e segurança, não é de se estranhar que este ocupe um espaço dentro da agenda internacional de países como os Estados Unidos. Ainda que o petróleo não direcione todas as atuações internacionais do país no sistema internacional, atualmente e até que apareça outro recurso, é inegável que o mesmo influencia as dinâmicas diplomáticas do país em certos momentos específicos da história.

Referências

1. Agencia EFE (2015). Obama presenta un plan contra el cambio climático que anticipa una batalla judicial, [online]. [Fecha de consulta: 17 septiembre de 2015] Disponible en <http://www.efe.com/efe/espana/sociedad/obama-presenta-un-plan-contra-el-cambio-climatico-que-anticipa-una-batalla-judicial/10004-2680109>
2. BBC News (2004). Iraq war illegal, says Annan. *BBC News*, [online] p.1. [Fecha de consulta: 12 octubre de 2015] Disponible en http://news.bbc.co.uk/1/hi/middle_east/3661134.stm
3. Chomsky, N. y Achar, G. (2007). Estados peligrosos: Oriente Medio y la política exterior estadounidense. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
4. De la Cruz, A. (2013). Estados Unidos: mayor productor de petróleo y gas del mundo Interamerican-Trends. (Gráfica No. 2). Recuperado de http://interamericantrends.com/resources/pubs/iat_adlc_eumpdpydm_es.pdf
5. Gawdat Bahgat. (2003). *American oil diplomacy in the Persian Gulf and the Caspian Sea*. University Press of Florida.
6. Fang, S., Jaffe, A. M., & Temzelides, T. (2012). New alignments? the geopolitics of gas and oil cartels and the changing Middle East. *J. Econ. Energy Environ. Policy*, 3(1).
7. Fay, C. M. (2003). A questão do petróleo e suas implicações na Guerra do Iraque. *Indicadores Econômicos FEE*, 31(1), pp. 59-74.
8. García Reyes, M., & Ronquillo, G. (2005). Estados Unidos, petróleo y geopolítica: las estrategias petroleras como un instrumento de reconfiguración geopolítica. México: Plaza y Valdés SA Disponible en <http://books.google.com.co>.
9. Ivekovic, I. (2003). Estados Unidos, Irak y la geopolítica del petróleo. *Alternativas sur*, (vol. 2), pp. 39-59.
10. International Energy Agency (IEA). World Energy Outlook 2014. http://www.worldenergyoutlook.org/media/weowebsite/2014/WEO2014_Acknowledgements.pdf



11. Klare, M. T. (2008). *Planeta sediento, recursos menguantes: La Nueva Geopolítica de la Energía*. Ediciones Urano. Barcelona.
12. Klare, M. (2008). La nueva geopolítica de la energía. *Memoria, Revista mensual de política y cultura*, (232), pp. 1-17.
13. Keohane, R. O. (1988) Después de la Hegemonía Cooperación y discordia en la Política Económica Mundial. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.
14. Kohane, R., & Nye, J. (1988). Poder e Interdependencia La política Mundial en transición. *Argentina: Grupo Editorial Latinoamericano*.
15. Landler, M. (2011). A new era of gunboat diplomacy. *New York Times*. [online]. [Fecha de consulta: 23 septiembre de 2015] Disponible en http://www.nytimes.com/2011/11/13/sunday-review/a-new-era-of-gunboat-diplomacy.html?_r=0
16. Us. Department of State (State). (n.d). Bureau of Energy Resources. Extraído agosto 19 de 2015, desde <http://www.state.gov/e/enr/index.htm>.
17. OMC (2012). Estadísticas del Comercio Internacional 2012. Organización Mundial del Comercio. Recuperado de https://www.wto.org/spanish/res_s/statis_s/its2012_s/its12_toc_s.htm
18. OMC (2014). Estadísticas del Comercio Internacional 2014. Organización Mundial del Comercio. Recuperado de https://www.wto.org/spanish/res_s/statis_s/its2014_s/its14_toc_s.htm
19. Palazuelos, E. (2009). El petróleo y el gas en la geoestrategia mundial (Vol. 285). Ediciones AKAL. Capitulo: *Estados Unidos: El abastecimiento energético exterior y política internacional*".
20. Saxe-Fernández, J. (2006). México-Estados Unidos: seguridad y colonialidad energética. *Nueva sociedad*, (204), pp. 86-199.
21. Sánchez Ortega, A. (2012). *Poder y seguridad energética en las relaciones internacionales. La estrategia rusa de poder*. Granada: Universidad de Granada.
22. Sparrow, T. (2014). Independencia energética: el nuevo superpoder de Estados Unidos. BBC Mundo, Washington. Recuperado de <http://www.bbc.com/>
23. Tokatlian, J. G., & Pardo, R. (1990). La teoría de la interdependencia: ¿Un paradigma alternativo al realismo?. *Estudios Internacionales*, pp. 339-382.
24. Thompson, K., & Morgenthau, H. (1985). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Alfred A. Knopf.
25. Reis Ferreira, S. (2013). "Grande Estratégia E Ordem Regional: A Política De Energia Dos Estados Unidos Na Ásia Central E No Cáucaso". (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação Em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Brasil.
26. Ríos, X. (2010). *La apuesta africana de China*. CAEI
27. Schelling, T. C. (1980). *The strategy of conflict*. Harvard university press.
28. U.S. Energy Information Administration, World Energy Outlook 2014. (Gráfica No. 1) Recuperado de http://www.eia.gov/totalenergy/data/monthly/pdf/flow/css_2014_energy.pdf